

WhatsApp da Comissão e sugestão de alteração da Resolução que instituiu o Prêmio Paulo Freire. Prosseguindo, O Senhor Presidente colocou em pauta a deliberação das audiências públicas, com os seguintes temas: - A situação da Educação em Instituições de Acolhimento e os desafios adicionais impostos pela Pandemia do novo coronavírus; - As condições estruturais, sanitárias e pedagógicas para o retorno das atividades presenciais na rede estadual de ensino do Estado do Rio de Janeiro; - As condições de trabalho e o papel de Inspeção Escolar da SEEDUC/RJ; - A prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas escolas da rede estadual de ensino, sob o contexto da Lei nº 13.935/2019. Na forma regimental, foi feita a tomada de votos, tendo sido aprovada a realização das referidas audiências públicas, por unanimidade, constando os votos dos Senhores Deputados Flávio Serafini, Rubens Bomtempo, Rosane Félix, Martha Rocha e Noel de Carvalho, Waldeck Carneiro, Sérgio Fernandes, que enviaram os seus votos por escrito, para o grupo de What's App dos Deputados da Comissão de Educação. A seguir, o Deputado Flávio Serafini falou rapidamente sobre o relatório: Explicou que ao visitarem as escolas de forma mais sistemática em junho, viram que apesar de terem preparado alguns protocolos, algumas questões mais estruturantes como ventilação das salas (tínhamos há alguns anos climatizado as escolas e a Pandemia trouxe outras exigências) e muitas vezes as escolas sozinhas não conseguem realizar ou mesmo perceber as necessidades de mudança. Também viram problemas com o processo de limpeza, controle de fluxo, etc. Pois não tinham ainda nenhum incremento para preparar a escola para esse novo momento e isso se refletia principalmente na falta de profissionais de apoio, o que também acontece com as equipes pedagógicas. Agora as salas devem ser higienizadas, em toda troca de alunos e a maioria das escolas funciona em mais de um turno. Enfim, o relatório detalha isso. O Senhor Presidente informou ainda que encaminhou para o secretário e ontem conversou com ele sobre o tema, apresentando algumas propostas para garantir que o retorno seja seguro. Com a palavra, a Deputada Martha Rocha considerou que as visitas às escolas muito oportunas e sugeriu a realização de uma audiência pública, com a presença dos Secretários de Estado de Educação e Saúde e outras autoridades julgadas pertinentes. O referido relatório também foi elogiado pelos Deputados Waldeck Carneiro e Noel de Carvalho. Por último, o Senhor Presidente encaminhou o terceiro ponto de pauta da reunião: Apresentação da proposta do Projeto de Resolução que visa alterar a Resolução nº 586/2018, que instituiu o Prêmio Paulo Freire. Informou que sugeriu duas mudanças no projeto: uma para incluir educação popular e outra para que a premiação seja da Alerj e da Comissão de Educação, que já é a organizadora, mas formalmente, não concede o Prêmio. Com a palavra, a Deputada Dani Monteiro votou favoravelmente às alterações à Resolução nº 586/2018, por considerar salutar o acréscimo de categorias importantes para premiação e a composição da Comissão de Avaliação de alto nível para observar com rigor as iniciativas inscritas. No uso da palavra, a Deputada Martha Rocha considerou oportuna a alteração à Resolução e sugeriu que este projeto de resolução seja de autoria da Comissão de Educação, o que foi aceito por todos. Em seguida, foi feita a tomada de votos, tendo sido aprovada a apresentação do Projeto de Resolução, de autoria da Comissão de Educação, para alterar a Resolução nº 586/2018, que instituiu o Prêmio Paulo Freire. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a participação e empenho de todos e deu por encerrada a reunião extraordinária, da qual, eu, Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões (meios digitais), em treze de agosto de dois mil e vinte e um. (a) Lucia Helena C.N. da Gama, Secretária, Mat.201.127-8; Deputado Flávio Serafini, Presidente.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

*ATA DA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às dez horas, no Palácio Doutor Cláudio Moacyr Azevedo. Museu do Legislativo reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, com a presença dos Senhores Deputados WELBERTH REZENDE - Vice-Presidente e CHICO MACHADO, membro efetivo deste órgão técnico. O Senhor Presidente em exercício, Deputado Welberth Rezende declarou aberta a 5ª Audiência Pública. conforme convocação por edital, publicado no dia 18.11.2019, com a seguinte Ordem do Dia: Política de reinvestimento na exploração e produção de petróleo e gás na bacia de Campos. Prosseguindo, o Senhor Presidente em exercício anunciou a presença do Senhor Marcelo Castilhos, Superintendente de Desenvolvimento e Produção da Agência Nacional do Petróleo (ANP); do Senhor Suen Marcet, Gerente Geral da Unidade de Negócios da Bacia de Campos; do Senhor Pedro Alem Filho, Gerente Executivo de Áreas Terrestres, Águas Rasas e Política Industrial do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP); representantes da Organização Municipal dos Municípios Produtores de Petróleo (OMPETRO); FIR-JAN; Terminal Portuário de Macaé; Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (SINDIPETRO-NF); Associação Comercial de Macaé (ACIM) entre outras instituições. Feitas as devidas apresentações e as considerações iniciais, o Senhor Presidente em exercício cedeu a palavra para que, questões como revitalização dos campos maduros, novas descobertas do pré-sal, gás como fonte energética, novo porto em Macaé, royalties, prazo para a retomada dos investimentos e geração de postos de trabalhos fossem debatidas pelos presentes. Durante a audiência, os técnicos do IBP forneceram dados estatísticos que comprovam grande queda na produção dos últimos dez anos na Bacia de Campos e que a mesma já foi responsável por mais de oitenta por cento da atividade petrolífera nacional e atualmente vive um declínio de sessenta por cento, que representa menos de quarenta e oito por cento de arrecadação, ou seja, cerca de um bilhão e meio de dólares de perda de royalties e, se nada for feito, a Bacia de Campos corre o risco de regredir para o nível dos anos noventa, em termos de produção. Por outro lado, nas palavras do Senhor Marcelo Castilhos, da ANP, as instituições que acompanham a evolução da indústria de óleo e gás no Brasil, assim como as empresas que operam o segmento offshore global, indicam que a Bacia de Campos reserva um potencial fantástico de produção de petróleo para a próxima década, seja através de reservas recém concedidas pela ANP, seja pela revitalização dos campos maduros, uma alternativa viável para reestruturar o mercado a curto e médio prazos e acrescentou que a Bacia de Campos tem cinco empresas que venceram a última rodada de licitações prometendo um investimento de três bilhões, seiscentos e cinquenta milhões em bônus compromissados para os próximos anos. Retomando a palavra, o Senhor Presidente em exercício salientou que, sem dúvida, a região como base de operação offshore, garante um futuro de mais investimentos e de criação de oportunidades de emprego e concluiu, que ficará a garantia de que a Alerj manterá como pauta constante as discussões sobre novas alternativas que possam estimular a indústria de óleo e gás, como combustível para alavancar o futuro de Macaé, da região e do Estado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente em exercício agradeceu a participação de todos e suspendeu a audiência para que eu, Valéria Magalhães Canela, Secretária "ad hoc", lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata, tendo sido assinada por mim e pelo Senhor Presidente em exercício, que encerrou a audiência em seguida. Sala das Comissões, dezoito de novembro de dois mil e dezoito. (a) Valéria Magalhães Canela - Secretária "ad hoc", mat. 201.513-9 e Deputado WELBERTH REZENDE - Presidente em exercício.

*** (Replicado por haver saído com incorreções.)**

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A QUEDA NA ARRECAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO REFERENTE ÀS RECEITAS COMPENSATÓRIAS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS.
(RESOLUÇÃO Nº 372/2021)

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às dez horas do dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e um, via Plataforma Zoom, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pe-

la Resolução nº 372/2021, sob a Presidência do Senhor Deputado Luiz Paulo e contando com a presença das Senhoras Deputadas Martha Rocha e Célia Jordão, dos Senhores Deputados Márcio Pacheco - Relator e Waldeck Carneiro, membros titulares e dos Senhores Deputados Carlos Macedo e Dionísio Lins, membros suplentes, convocados conforme edital publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo, no dia dezessete de junho passado. Havendo número regimental, o Senhor Presidente iniciou os trabalhos registrando a presença dos representantes da SEFAZ, expositores desta data, Senhores Carlos Eduardo Fortunato, Alex Rabelo Gonçalves, Leonardo José Fernandes e da Senhora Beatriz Guerreiro Ferreira. Comunicou que se encontravam presentes, também, o Senhor Cristiano Gadelha Vidal Campeolo da Petrobras, o Procurador do Ministério Público Federal, Senhor Luiz Claudio Leivas, a Promotora do Ministério Público Estadual, Senhora Karine Susan Gomes da Cuesta, os Senhores Marcelo Neves e Diogo Manhães da OMPETRO, a Senhora Magda Chambriard, da Assessoria Fiscal da ALERJ, o Senhor Jefferson Luiz Terroso Correa do TCE, o Senhor Alexandre Mello do SINFRERJ, o Senhor Paulo Enrique Mainier da PG-18, a Senhora Sylvie D'Apote do IBP e os Senhores Rubens Freitas e Thiago Neves da ANP. Após, falou sobre o objetivo da sessão que seria ouvir os representantes da Secretaria de Estado de Fazenda, sobre as medidas para melhoria da produção e consumo do gás, passando, então, a palavra ao Senhor Alex Rabelo Gonçalves para as palavras iniciais e, a seguir, aos demais representantes da Secretaria para que apresentassem suas considerações sobre o tema. Durante a apresentação, o Procurador do Ministério Público Federal, Senhor Luiz Claudio Leivas lembrou a importância de serem convidados a participar das sessões, os Deputados Federais e os Senadores da bancada do Estado, e, o Senhor Presidente comunicou que durante o período do recesso parlamentar pretendia se reunir com os representantes da Secretaria de Fazenda. Solicitou, também, que os Senhor Luiz Claudio Leivas e a Senhora Karine Susan Gomes da Cuesta, elaborassem uma análise, do ponto de vista do Ministério Público, com referência ao tópico da transação resolutive. Com o término da exposição pela SEFAZ, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos presentes para considerações e perguntas, tendo feito uso dela as Senhoras Deputadas Martha Rocha e Célia Jordão, a Senhora Karine Susan Gomes da Cuesta, a Senhora Magda Chambriard, a Senhora Sylvie D'Apote e o Senhor Marcelo Neves. Após os debates, o Senhor Presidente comunicou que para a próxima sessão seriam convidadas as empresas EQUINOR BRASIL e TOTAL ENERGIES para explanarem sobre a execução dos contratos de parceria com a PETROBRAS na exploração de petróleo e gás, nas áreas litorais do Estado. Após, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente franqueou a palavra e, como não houvesse mais quem dela quisesse fazer uso, agradeceu a presença de todos os participantes e deu por encerrada a presente reunião, cujo inteiro teor está contido nas notas taquigráficas em anexo e, para constar, eu, João Carlos dos Santos Barreto, matrícula 200.833-2, Secretário, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Em, 21 de junho de 2021. (a) João Carlos dos Santos Barreto-Secretário; (a) Deputado Luiz Paulo-Presidente.

(Notas Taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - São 10h05, já contando aqui com a presença da Deputada Martha Rocha, do Deputado Waldeck Carneiro. Tem mais algum deputado presente? Acho que tem. Bom, mas também a Dra. Magda Chambriard, representando a nossa assessoria fiscal; Dr. Cristiano Gadelha, representando a Petrobras; dois representantes da Ompetro; presentes os representantes da ANP; presente também a representante do MP Estadual, Dra. Karine Cuesta; o Alex, representante da Secretaria de Fazenda; o Fortunato, representando a AFE-15; representando a Secretaria de Fazenda, também a AFE-15, carinhosamente, a Dra. Bia; a Dra. Sylvie, representando o IPP - Instituto Brasileiro de Petróleo; o Procurador Dr. Leivas, representando o Ministério Público Federal; Dr. Jefferson Correia, representando Tribunal de Contas; Paulo Henrique, representante da PG-18; Sinfrerj presente, representada por Alexandre Mello.

Bom, com essas pessoas presentes, às 10h08, do dia 21 de junho de 2021, na qualidade de presidente da CPI destinada a investigar a queda de arrecadação no Estado do Rio de Janeiro, referente às receitas compensatórias da exploração de petróleo e gás, contando com a presença dos senhores deputados aqui já nominados, dou por abertos os trabalhos da 12ª Reunião Ordinária, conforme o Edital publicado em 17 de junho passado, com a seguinte pauta:

1) Exposição a ser feita pela Sefaz, abordando os seguintes tópicos: a) Que medidas tributárias podem ser tomadas pelo Estado do Rio de Janeiro para aquecer o mercado do gás? b) Como os investimentos em pesquisa e desenvolvimento podem ajudar a minimizar o volume de gás injetável e ampliar o mercado consumidor de gás? E que ações cabem aos poderes públicos - União, Estados e Municípios - e à iniciativa privada, as concessionárias, exatamente no sentido da proposta de ampliar a produção e, principalmente o consumo do gás.

Esse tema começou a ser debatido segunda-feira passada, quando fez a exposição aqui o Dr. Wagner Victor. E vamos continuar num momento extremamente oportuno, visto que o Congresso Nacional está tomando decisões em relação ao processo de privatização da Eletrobras, mas de construir termelétricas no Brasil inteiro. E, com isso, no nosso entendimento, vai afetar diretamente o consumo do nosso gás natural, principalmente aqui da Bacia de Santos, do Pré-sal, e vai incentivar a importação do gás comprimido, visto que principalmente no Norte e Nordeste e, agora, como disse a Dra. Magda, até no Sul, está-se construindo terminais para receber esse tipo de produto. Parece que essa proposta que está aí é um tiro no nosso país, em especial no nosso estado do Rio de Janeiro.

Mas, vou passar a palavra, para fazer a sua apresentação, uma apresentação longa, dividida em três expositores - não sei quem vai comandar a apresentação é o Alex ou se o Fortunato.

Por favor, Alex. Você decide aí.

O SR. ALEX RABELO GONÇALVES - Deputado, o Fortunato vai abrir a apresentação. Eu vou fazer uma introdução. Nós dividimos em três partes essa apresentação: uma, que é mostrar a importância do setor de petróleo para a Fazenda, para a Sefaz. Todas as medidas que estão sendo tomadas, agora, em especial pela gestão do Nelson. O segundo, que é essa medida propositiva, na visão da Sefaz, de como melhorar a utilização do gás aqui no nosso estado e, obviamente, gerar receitas - né - para que possam ser feitas as políticas sociais.

E, por fim, uma última parte da apresentação, que também é propositiva, trazendo aqui aos deputados, aos membros participantes da nossa CPI, uma sugestão feita, óbvio que ela tem origem no setor de petróleo, mas pode-se abranger vários outros setores. É uma proposta que a gente está trazendo.

O SR. LUIZ CLÁUDIO LEIVAS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - pois não, Dr. Leivas.

O SR. LUIZ CLÁUDIO LEIVAS - Sr. Luiz Paulo, tenho a impressão que seria útil, pelo nosso nível de debates e pelo que está sendo colocado, que fossem convidados alguns elementos da banca federal, os deputados federais, para tomar pelo menos ciência, para ninguém depois poder dizer que não foi avisado dos problemas para o nosso estado, a seu critério, ou até dos senadores do estado do Rio de Janeiro para que participassem da CPI, que indicassem um representante por ambas as Casas do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Dr. Leivas, só acho que não há mais tempo hábil, porque a proposta do Senado já foi para a Câmara, com o regime de urgência que está, eles vão votar. Mas, deixa eu examinar. Se isso não acontecer até acabar o recesso, a sua proposta é justa e correta.

O SR. LUIZ CLÁUDIO LEIVAS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Dr. Alex, por favor.

O SR. ALEX RABELO GONÇALVES - Então, a gente inicia aqui. Inicialmente cumprimentando o senhor e todos os deputados pela condução da CPI, de forma transparente, técnica, dando visibilidade à sociedade sobre o tema. Também cumprimentar os meus amigos e companheiros da Sefaz - o Fortunato, a Bia e o Leo - que vão fazer parte da apresentação; ao Paulo Henrique, da PG-18, que tem sido um parceiro em todas as horas, ao presidente do nosso Sindicato, Alexandre, e todos os demais presentes.

Amigos presentes na CPI, a nossa ideia foi mostrar, nesses primeiros slides, a importância do setor de petróleo, que a Sefaz vem dando. Então, inicialmente, a gente já coloca aqui, né, o acordo que acordo que foi assinado na semana passada entre a Sefaz, a PGE e a ANP, com o governador presente, o Deputado Luiz Paulo e o Presidente da Alerj, Deputado André Ceciliano.

É um marco, trazido aqui pela CPI, que vai proporcionar em especial uma troca de conceitos técnicos, tanto da ANP quanto da Sefaz, podendo melhorar o nosso ambiente de auditoria. E relacionar a questão da cobrança que hoje, a princípio, ela pode ser feita pela ANP. A gente só indica o que pode ser cobrado.

Aqui, também, internamente, dentro da Sefaz, através da orientação do Nelson, do Celino, que é o subsecretário de Receita, nós fizemos um reforço de cinco auditores fiscais, agora, semana passada, para quinze, vindos da própria fábrica de petróleo, ou seja, pessoas já capacitadas na área de petróleo, e estamos reforçando a parte de petróleo relacionada ao ICMS, com mais treze auditores vindos de outras repartições fiscais do estado. Então isso mostra bem o quanto é importante para a Sefaz o setor de petróleo, para o estado - diria assim - e a gente tem dado toda essa importância aqui dentro.

Outro fator muito, muito, muito significativo para a gente. A gente publicou agora, no final de maio, a Resolução Sefaz 230. Essa Resolução, ela permite que as escriturações e o acompanhamento passem a ser por campo de exploração e filiais. Até a edição dessa Resolução todas as escriturações, vou dizer assim, o acompanhamento era feito por uma única inscrição. Com isso vai permitir que a gente possa, a partir dessa Resolução, ter uma auditoria mais qualificada e mais pulverizada por campo. Isso facilita também até os próprios municípios terem aderência às escriturações, que hoje é feita numa só e depois tipo informações complementares, que ela é aberta para outros campos de exploração. E isso vai adentrar uma série de coisas que a gente se reúne toda quarta-feira, em especial com a Petrobras, que é a maior exploradora de campos de petróleo e gás, mas toda quarta-feira a gente vem discutindo tanto a Resolução 230 como o que decorre dela. Exemplo, materiais de estoque, materiais que vão para o mar, enfim, é um mundo de trabalhos que está sendo feito para dar visibilidade, confiança, transparência e melhorar o ambiente de negócio aqui no Rio de Janeiro.

Bom, esses slides aqui, eu devo fazer um agradecimento especial também ao pessoal da TI do estado, que é o Gabriel Gum e o André Barbosa.

Até semana passada, vou dizer assim, os dados de depósitos de participações especiais de royalties entravam para a ANP, a ANP fazia um depósito, via Banco do Brasil, para os Estados. E a gente não conseguia ligar isso a qual campo, qual mês, vou dizer, era um valor cheio, que a gente não conseguia fazer correlação com as bases dele. A gente já conseguiu implementar isso, dando prioridade aqui no Sefaz, de forma que a gente passe a fazer, acho que nas próximas semanas, automático: entrou, ele puxa os dados do Sipetro e faz já uma correlação. Ou seja, qualquer fator que aconteça, de diferença, a gente já vai ser sinalizado.

Além do monitoramento automático, vai permitir também, hoje, a partir desse sistema, que a gente tenha isso dentro do nosso modelo de arrecadação, automático. A gente passa a enxergar isso de forma automatizada e confiável. E, também, ao nosso Portal de Transparência, que esses dados vinham, eles eram colocados na mão, praticamente dentro do Portal da Transparência, e podia gerar algum tipo de ruído. Então, toda a sociedade que avalia esses dados vai ter confiança, confiabilidade de que vai estar tudo dentro do que foi depositado, do que foi declarado pelos campos no Sipetro e é uma transparência total para a sociedade, para o governador, para a Alerj, para todos os atores que queiram discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Alex! Alex, retorna, por favor. Por favor, se você puder, decodifica para todos nós, todas as siglas, porque aqui não estão assistindo só especialistas. Então precisamos saber, o que é cada sigla dessas, por favor.

O SR. ALEX RABELO GONÇALVES - Então, o BB Cia é o sistema Banco do Brasil que recebe o dado de pagamento aqui na Sefaz, uma conta do Banco, vou dizer assim. O Sipetro é o sistema que é depositado no Espírito Santo que contém as informações de produção, do DAPE e do RGT, vou dizer assim, de maneira global. Então, isso é recepcionado na Fazenda e não tinha nenhum link entre os dois.

Agora, quando for recepcionado, o que vai acontecer? O BB Cia continua sendo mesmo Banco do Brasil, O Sipetro também, o ARR é o nosso sistema arrecadação. Então, o que era só visto para o ICMS, ITBI e IPVA, vai enxergar também os valores relativos a royalties e participações especiais. E o Sincad é nosso cadastro, que vai permitir fazer esse link com cada campo, que está vindo na inscrição que eu falei, da Resolução 230.

O Sifae, é o Sistema Financeiro, que dava a informação para o Portal da Transparência. Como ele agora vai vir do Sistema de Arrecadação, ele vai estar confiável, porque ele vai já estar, vamos dizer assim, checado previamente com a informação que veio do Banco do Brasil, do Sipetro. O Sistema de Arrecadação bate ele. Olha, entrou no caixa, aí para o Sifae, que é o sistema financeiro, e vai para o Portal da Transparência.

O Power BI é um sistema de Informática, que dava a informação para todos esses links automáticos, o Excel é uma planilha Excel, que pode ser facilmente manuseada no Portal da Transparência - a ideia é essa -, e o Power Center também é onde esse futuro, vamos dizer assim, é onde vai estar tudo depositado, que possa fazer links, auditorias, com as informações, por exemplo, que vão vir da ação Sefaz-PGE, que vai ser um pouco mais detalhada, que vai poder cruzar tudo isso. Quer dizer, vamos dizer assim, pré-fiscalizações, para não ficar pedindo toda hora dados às empresas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Alex, para ter uma explicação, ao mesmo tempo uma pergunta sobre esse novo sistema.

Nós, Deputados, pelas coisas que possuímos, nós temos o acesso ao Sifae. O Sifae só dá dados acumulados, tanto de royalty quanto de participação espacial. Continuará da mesma forma?

O SR. ALEX RABELO GONÇALVES - Olha, Deputado, eu posso ver aqui, com nosso pessoal da TI da gente atender a demanda dos senhores. Tem que botar o mês, o acumulado do ano, comparar com o período passado. Acho que a gente consegue. Eu só preciso ver com o pessoal do TI, que é o mais, vamos dizer assim, indicado para responder sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - E tudo aquilo que você reproduzir no Sifae, no que diz respeito à royalty e participação, que é aberto a todos. É isso?

O SR. ALEX RABELO GONÇALVES - Isso. A ideia é essa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Ok. Obrigado.

O SR. MARCELO NEVES - Presidente, posso fazer uma pergunta rápida?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Sim.

O SR. MARCELO NEVES - Alex, qual o time entre a chegada dessa informação até a ida para o Portal da Transparência? O que vai estar nesse Portal da Transparência seria planilha do Excel, com todas as informações detalhadas em cada campo?

O SR. ALEX RABELO GONÇALVES - Olha só, vamos lá: Hoje, esse dado, ele vem quase que manual. Internamente a gente tem que pegar o dado que foi no Banco do Brasil e ir comparando básico e manualmente com as informações do Sipetro. A ideia é que essa informação seja automatizada. E extratos, é um, dois dias? Roda 24 horas, 48 horas? Eu teria que ver melhor com o pessoal da TI para ver quando que faz esse giro, fazendo essa comparação que é depositado no Sifae. Claro que o Sifae não vai dar o detalhamento do "entrou dez reais pelo campo a, b, c, d". Isso, a gente pode ver se é possível dar essa transparência, através do Portal da Transparência. Então, só peço para esperar um pouquinho para eu ver com o pessoal da TI se a gente consegue fazer essa abertura um pouco maior no Portal da Transparência.

O SR. MARCELO NEVES - Deputado, só uma pergunta.

Alex, é possível o município ter acesso a esse sistema do Sipetro?

O SR. ALEX RABELO GONÇALVES - Olha, eu vou ter que ver também, porque esse sistema Sipetro é um sistema, vamos dizer